



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista
Curso de Serviço Social



DANIELA SANTANA MORAIS

JULIANA NUNES AMARO

**REFLEXÕES SOBRE RELIGIOSIDADE E O COTIDIANO DO
TRABALHO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS**

SANTOS

2021



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista
Curso de Serviço Social



DANIELA SANTANA MORAIS

JULIANA NUNES AMARO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**REFLEXÕES SOBRE RELIGIOSIDADE E O COTIDIANO DO
TRABALHO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de São Paulo,
Campus Baixada Santista, como requisito
parcial para obtenção do título de bacharel
em Serviço Social, sob a orientação da Prof.
Dr^a. Luciana Maria Cavalcante Melo.

SANTOS

2021



Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827r Moraes, Daniela Santana . Amaro, Juliana Nunes.
 Reflexões sobre religiosidade e o cotidiano do
 trabalho profissional dos/das assistentes sociais. /
 Daniela Santana Moraes, Juliana Nunes Amaro;
 Orientadora Luciana Maria Cavalcante Melo;
 Coorientador . -- Santos, 2021.
 58 p. ; 30cm

 TCC (Graduação - Educação Física) -- Instituto Saúde
 e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

 1. Religiosidade e Serviço Social. I. Maria
 Cavalcante Melo, Luciana, Orient. II. Título.

CDD 613.7



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

Curso de Serviço Social



DANIELA SANTANA MORAIS

JULIANA NUNES AMARO

**REFLEXÕES SOBRE RELIGIOSIDADE E O COTIDIANO DO
TRABALHO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr^a. Luciana Maria Cavalcante Melo.

Aprovação em: __/__/__

EXAMINADORES

Prof. Dr^a. Luciana Maria Cavalcante Melo

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr^a. Ana Maria Ramos Estevão

Universidade Federal de São Paulo



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista
Curso de Serviço Social



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus e à infinita sabedoria Universal, que nos deu de presente a possibilidade de estudarmos e chegarmos até aqui, rumo à realização de um sonho. Aos amigos e familiares, que a todo o tempo nos incentivaram a não desistir, e a sua infinita paciência em esperar por nós. Aos nossos pais, pelo inestimável ensinamento, que a educação é e sempre será nosso bem mais precioso.

Aos queridos professores, por todos os ensinamentos, por todas as maravilhosas aulas e horas passadas nesse caminho, e que com todo carinho levaremos conosco. Aos colegas de turma, por formar conosco para além da sala de aula, nossas trocas nos espaços, nos encontros, na caminhada, aprendemos demais, aprendemos sempre. À nossa Orientadora, Professora Luciana Melo, por todo o empenho que sempre demonstrou, pelo apoio, pelas ideias preciosas para que pudéssemos desenvolver esse trabalho e pela competência com que orientou este estudo.

E, por fim, a uma pessoa muito especial, que está hoje em um lugar melhor, nos abençoando e nos dando força para que nós façamos o melhor no lugar que estamos.



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista
Curso de Serviço Social



*“Quando sinto uma terrível necessidade de
religião, saio à noite para pintar as estrelas.”*
(Vincent Van Gogh)



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

Curso de Serviço Social



RESUMO

A partir de revisão bibliográfica, este trabalho de conclusão de curso realiza uma breve análise e reflexão acerca da religiosidade em relação ao Serviço Social e o cotidiano profissional. Em virtude do questionamento presente em questionários de atendimentos iniciais e entrevistas de "qual a sua religião?" buscou-se fazer uma análise que apresente motivos e dados que comprovem a importância deste tema. Nesse contexto, é necessário buscar entender historicamente a importância e o papel das religiões nas relações sociais, políticas e econômicas dentro da sociedade brasileira. O/a assistente social precisa conhecer e atuar sobre as demandas da população, entendendo todo o contexto histórico abrangente de religiosidade e sociedade, para que, com isso, tenha uma melhor postura diante de seus posicionamentos e ações. Por fim, o presente trabalho provoca discussão acerca da religião e propõe uma reflexão sobre o papel do/a assistente social em conhecer e estar atento às transformações socioculturais e informações sobre a nossa população.

Palavras-chave: assistente social; religião; religiosidade; Serviço Social.



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

Curso de Serviço Social



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO E SEUS REBATIMENTOS NA ATUALIDADE	11
2.1 Breve contexto histórico do surgimento da profissão no Brasil	11
2.2 Da profissionalização do Serviço Social à atualidade.....	14
3. AS DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE.....	21
3.1 As características das dimensões profissionais.....	25
3.2 A Instrumentalidade da dimensão técnico-operativa.....	30
4. APORTES SOBRE A RELIGIOSIDADE E O SERVIÇO SOCIAL	32
4.1 Considerações sobre o cenário religioso brasileiro	32
4.2 Religião e religiosidade no cotidiano e nas concepções.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

A religiosidade está presente na vida humana desde os primórdios da civilização, construindo um universo próprio de significados tanto individual como coletivo. Assim, como está sabidamente presente na gênese do Serviço Social a sua construção, pensada e mediada sobre a influência e os dogmas da Igreja Católica.

A mediação religiosa se expressou, em um primeiro momento, por meio das Escolas de Serviço Social, que deram origem a profissão em vários países, imprimindo um cunho religioso à cientificação da assistência. Com a proliferação de cursos, muitos deles formados pelo próprio Estado e com a crescente secularização do ensino, estas marcas religiosas poderiam ter sido superadas, caso não encontrassem correspondências com os valores religiosos dos assistentes sociais; caso a dificuldade de se estabelecer um expertise profissional não continuasse, sem clara definição, ao longo da história da profissão; caso as fronteiras entre público e privado, Estado e mercado, voluntário e profissional tivessem tido definições mais precisas, ao longo da história. (SIMÕES, 2005, p. 29)

O presente trabalho parte da observação de que em vários setores sócio ocupacionais do/a assistente social, em meio aos atendimentos iniciais e entrevistas, surge como parte do questionário social a presente pergunta aos usuários: qual a sua religião?

Apesar do Serviço Social ter construído sua trajetória na superação de suas bases religiosas, mais fortemente manifestada no processo de ruptura do ideal conservador da profissão, alguns recentes estudos como o de Pedro Simões, Déborah Barreto Batista e Maria Ivonete Soares Coelho, entre outros, juntamente com observações realizadas durante vivências em campos de estágio que passamos, nos levaram a indagar a respeito de valores e princípios religiosos arraigados na prática profissional e que muitos profissionais ainda carregam uma atuação sobre a influência religiosa.

O tema da religião, vinculada ao Serviço Social, como profissão privilegiada da prestação dos serviços sociais não tem sido abordado no Brasil. Mesmo os valores religiosos tendo servido, de forma explícita, para sustentar propostas profissionais até os anos de 1970, não há registro na literatura nacional (a não ser por muito poucos trabalhos de pós graduação – especialmente mestrados) de que o tema religião tenha sido enfocado como um objeto próprio de pesquisa. (SIMÕES, 2005, p. 17).

Segundo Tonet (2016), Marx faz a reflexão que a religião vai na contramão da consciência política, neste sentido, buscamos identificar neste processo do fazer profissional o motivo pelo qual permanece a opção “religiosidade” na instrumentalidade da profissão e se existe uma valorização da opção religiosa, que pode vir a fomentar uma alienação dos processos políticos e uma conformação da “vontade de Deus”, ou se esta opção religiosa no instrumental acontece de maneira imparcial, despercebida, por comodismo em atualizar os instrumentais e ou se de fato conhecer a opção religiosa do usuário contribui para o atendimento e acolhimento dos profissionais e qual seria neste caso a relevância no processo de intervenção profissional

Durante o período em que foi realizado o estágio supervisionado no Fórum de São Vicente, na Vara da Família, ao acompanhar as entrevistas pessoais com o/a assistente social e os pais nas questões de guarda, após o primeiro contato do entrevistado com o assistente social, se inicia o preenchimento de um questionário. Nesse questionário padronizado, existem diversas perguntas básicas de coleta de informações, dentre elas, endereço atual, formação profissional, local de trabalho, salário, número de pessoas que compõem o núcleo familiar, entre outras, até o momento que se pergunta ao entrevistado: Você possui alguma religião?

Anota se a informação, caso haja, e prossegue a entrevista. Após acompanhar algumas entrevistas, decidi perguntar a minha supervisora de estágio, qual a relevância dessa informação para os assistentes sociais no judiciário, se não seria considerada invasão da privacidade da fé ou religião das pessoas, a resposta dada é de que era

relevante conhecer a opção religiosa dos entrevistados, pois, pessoas que praticam ou frequentam uma determinada religião tem geralmente uma vida mais regrada, livre de vícios e com uma estrutura familiar harmoniosa que permite a criança ter referências muito positivas em sua convivência com o genitor em questão.

Diante deste relato chegamos a estas questões de interesse na pesquisa numa perspectiva de contribuir com a reflexão sobre as escolhas e posicionamentos contidos e expressos nos instrumentos de trabalho das/os Assistentes Sociais.

Deste modo, o percurso desta pesquisa qualitativa e bibliográfica apresenta reflexões sobre a relevância das manifestações religiosas no interior do cotidiano profissional, ressaltando a concepção atual em defesa da laicidade do Estado e do combate a intolerância religiosa.

O primeiro capítulo aponta um breve resgate histórico da gênese e construção do Serviço Social brasileiro passando por momentos de transformações, como o momento de ruptura com o ideal conservador, analisando este caminho sob a presença ou não da influência religiosa.

O segundo capítulo irá abordar a dimensão técnico-operativa e a instrumentalidade da profissão, de maneira que seja possível analisar e refletir até que ponto a religião do usuário tem relevância para os atendimentos e acolhimentos nos espaços profissionais.

O terceiro capítulo assinala reflexões e conexões entre religião- religiosidade e o Serviço Social, indicando as direções tomadas pela profissão na substância concreta da história e de suas próprias determinações.

Nas considerações finais indicamos um resgate dos principais objetivos da pesquisa, fazendo uma reflexão sobre a perspectiva da influência da religião na profissão e apontando as possíveis respostas para a principal questão da pesquisa, que é se existe ou não relevância e interferência dos valores religiosos no cotidiano do trabalho profissional.

2. A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROFISSÃO E SEUS REBATIMENTOS NA ATUALIDADE

Segundo Dutra (2015), a escolha da profissão, ainda nos dias de hoje, se dá pela identificação pessoal de muitos com a religião católica. Dessa forma, pode-se acreditar que em algum momento de nossa formação nos deparamos com os valores morais de nossa concepção de mundo através de crenças religiosas e pessoais religiosas.

O fenômeno religioso, em seus diversos segmentos, é notável no Brasil e no mundo. Especialmente no campo do Serviço Social está presente em sua concepção. Como veremos adiante, a questão religiosa impulsiona diversos jovens a escolherem o curso de Serviço Social ainda nos dias de atuais. (DUTRA, 2015, p.01)

O Serviço Social em sua gênese está intimamente ligado a aspectos religiosos e este debate se faz importante em meio a uma atualidade repleta de influências religiosas nos mais diversos âmbitos da sociedade, como na política e economia - locais que deveriam teoricamente se apresentar para a população como sendo laicos – deste modo iremos proporcionar aos estudantes e docentes uma reflexão que durante a graduação em alguns momentos é escassa, mas que é de extrema relevância ao encarar um mercado de trabalho tão complexo e contraditório.

2.1 Breve Contexto histórico do surgimento da profissão no Brasil

A profissão nasce após a Revolução Industrial, inicialmente na Europa, em meados do século XVIII, e no Brasil durante os processos de industrialização e urbanização na década de 1910, tomando grande proporção em 1930. Neste período, a sociedade capitalista passava por grandes mudanças e transformações. Era o início da industrialização no Brasil e esta se expandiu de tal forma ao ponto que a mão de obra não se encontrava somente nos trabalhos rurais, mas também nas cidades. Dessa forma, a população urbana aumentava cada vez mais e, assim, estava dado o processo de urbanização – com imigrantes e trabalhadores rurais migrando para as áreas urbanas,

no intuito de maiores salários. Porém, o que encontraram na realidade foram moradias e condições de vida subalternas. A partir de então, ocorre o surgimento de lutas por melhores salários e uma maior chance de sobrevivência, ainda que com o mínimo possível de saúde, moradia, alimentação, educação e lazer.

Este rápido processo constituição e industrialização do mercado capitalista de produção leva a um fator que será determinante para o surgimento de uma profissão que dê respostas à condição de marginalização e abandono vivida pelos trabalhadores brasileiros. (MACHADO, 2007, p.22)

A desigualdade social gerada por novas configurações de relações sociais e de trabalho tem como resultado duas novas classes, segundo Martinelli (1991), onde as relações sociais se alteraram e o mundo ocidental dividiu-se entre classe dominante composta pela burguesia e classe subalterna representada pelos trabalhadores assalariados.

O histórico das condições de existência e de trabalho do proletariado industrial – principalmente a partir do início do século, quando começam a aglutinar-se nos centros maiores as empresas industriais dispersas [...] – mostra a extrema veracidade do capital por trabalho excedente. A população operária se constituiu em uma minoria – composta majoritariamente por imigrantes – marginalizada social e ecologicamente dentro das cidades, algumas já bastante desenvolvidas. (IAMAMOTO, CARVALHO 2004, p.128)

Este momento histórico leva a classe trabalhadora a refletir e buscar respostas sobre as péssimas condições de vida dadas, além de um número cada vez maior de desempregados, a união e o posicionamento político da classe. Neste momento, segundo Iamamoto e Carvalho (2007), assinalam o ingresso no contexto político, o que faz com que surja uma nova configuração da chamada “questão social”, que foi o que deu origem à profissão do Serviço Social como estratégia utilizada por Burguesia, Estado e Igreja para controlar tais manifestações que ameaçavam a ordem societária.

No Brasil, a profissão sofre grande influência do Serviço Social Europeu, sendo majoritariamente composta por mulheres. Nesta direção, afirmam as contribuições de Iamamoto e Carvalho, para contextualizar o surgimento do Serviço Social:

Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de uma doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 226).

Neste contexto, surgem as escolas de Serviço Social, em São Paulo em 1936, no Rio de Janeiro em 1938, o intuito destas escolas com base na formação filantrópica e de caridade, era formar profissionais que tivessem uma visão humanitária, de amor ao próximo, de lutar por injustiças sociais e a pobreza, além de atuarem em uma perspectiva higienista, deveriam ser pessoas de valores e moral corretas e com a técnica ideal para este tipo de abordagem.

Segundo Iamamoto (2007), em meados dos anos 1940 e 1950, o Estado passa a intervir nos processos de regulação social por meio de políticas públicas sociais. Neste momento a profissão passa por transformações, o Estado e a classe dominante institucionalizam a profissão ela torna-se um dos instrumentos para executar as políticas públicas sociais.

2.2 Da profissionalização do Serviço Social à atualidade

A época compreendida entre os anos de 1940 até metade da década de 60 significou, para o Brasil, um momento de relevante expansão econômica. Nos países latino-americanos surge a ideia do desenvolvimento, entendido como uma possibilidade de superação do subdesenvolvimento presente nos países. No Brasil, os planos desenvolvimentistas não alcançaram os resultados esperados. O desejo do desenvolvimento econômico com justiça social não se concretizou e o que podemos observar é a forte presença de capital estrangeiro no país, entendida como necessária para o desenvolvimento nacional. O que se observa, em verdade, é a construção de uma indústria no Brasil e não uma indústria do Brasil. O surgimento de uma economia urbano-industrial, de uma nova classe de trabalhadores traz à tona a necessidade de entidades assistenciais para atender às demandas postas e controlar as lutas sociais.

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática. Nesse sentido, o processo de institucionalização do Serviço Social será também o processo de profissionalização dos Assistentes Sociais formados nas Escolas especializadas[...] O Serviço Social reaparece modificado, dentro do aparelho de Estado e grandes instituições assistenciais, guardando, contudo, suas características fundamentais. [...] o Serviço Social mantém sua ação educativa e doutrinária de “enquadramento” da população cliente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 309 – 310, grifos do autor).

Para o serviço social brasileiro, os anos 60 representaram o início de um processo intenso de debates e construção que, ao longo de 30 décadas, avançou na reformulação da profissão, intensificando internamente entre os profissionais, o debate do amadurecimento profissional “que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais, como cita Iamamoto em sua obra (2007).

O Serviço Social brasileiro, nas últimas décadas, redimensionou-se num forte embate contra o tradicionalismo profissional e seu lastro conservador, adequando criticamente a profissão às exigências do seu tempo, qualificando-a teoricamente, como o atesta a produção acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação (IAMAMOTO, 2007, p. 225).

O movimento de Reconceituação foi importante tanto no Brasil como na América Latina, construindo um momento global de abertura para a Renovação, com a possibilidade de questionamento e rompimento com o Conservadorismo na profissão, afastando-se da influência da Europa e Estados Unidos, em um processo onde internamente a categoria profissional começa a se mobilizar para questionar a prática profissional, a ética e teoria na profissão, a metodologia utilizada e os desdobramentos decorrentes dessa revisão no campo do social. O Movimento de Reconceituação, segundo Iamamoto:

É dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2010. p.205)

E, ainda, baseia-se em um processo que buscou dar ao Serviço Social uma práxis mais eficaz, que explorasse caminhos e construísse fundamentos teórico-metodológicos. Ainda nesse processo de renovação do Serviço Social brasileiro, se engendra, o golpe de 1964 que emergiu de um contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, ou seja, fez parte de um contexto internacional de instauração de ditaduras militares em outros países de “terceiro mundo”, entre as principais justificativas para o golpe militar, estava uma possível ameaça comunista, representada na figura do então presidente João Goulart.

Os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente,

amplos movimentos de libertação nacional e social” (MORAES, 2014, p. 16)

Aliada às manobras políticas da alta cúpula dos militares, a elite civil brasileira, articulou e financiou a implementação do golpe. Os setores dominantes da sociedade brasileira, (empresários, banqueiros, setores conservadores da Igreja, representantes do capital multinacional e grande parte da classe média), temerosas que as reformas de base, do então presidente João Goulart, subtraíssem seu poder econômico e político que acreditaram estar abalados com a pressão popular e estudantil por melhorias salariais, reforma agrária, voto aos analfabetos (maioria da população) exigindo uma ampliação, até então sem precedentes, dos direitos políticos e sociais, sendo assim, esse período não pode ser reconhecido apenas como ditadura militar, mas sim um golpe civil militar, onde o autoritarismo não se encontrava somente nas mãos do Estado brasileiro, encontrava se enraizado nas empresas, famílias, setores da Igreja Católica, escolas e setores da grande imprensa.

Além da ajuda dada pelo governo americano (O Brasil era visto como o principal Aliado dos Estados Unidos na América do Sul) para benefício das multinacionais, houve outro fator mais determinante: a ditadura contou com o apoio de inúmeros setores da sociedade civil. O suporte social ao autoritarismo foi fornecido por empresários, latifundiários, banqueiros, apoiadores do capital internacional, interventores dentro dos sindicatos, profissionais liberais da classe média, setores da Igreja Católica e grande imprensa. (MORAES, 2014, p. 62).

O regime militar durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, a restrição aos direitos políticos, perseguição policial aos opositores do regime, promoveu o assassinato, à tortura, o desaparecimento, e o silêncio de milhares de brasileiros. O prejuízo humano e social neste período de nossa história recente, foi enorme, promoveu o ódio, enriqueceu a elite, debilitou a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais, aprofundou ao longo dos anos, crises econômicas, a desigualdade social, o atraso da reforma agrária a obstrução de novas políticas sociais e dos direitos humanos, ainda como pode-se observar na obra de Moraes (2014).

Se faz fundamental, o conhecimento da verdade sobre nossa história, sobre seus personagens, mas também sobre os agentes de mudança, pessoas anônimas, que enfrentaram as adversidades de seu tempo histórico, e contribuíram para que violências políticas terminassem, para que inquietações fossem capazes de transpor a cotidianidade de suas vidas, e tentar algo novo, algo melhor.

Após o golpe militar de 1964, e principalmente na década de 1970, surgiram vários protagonistas no cenário de transformação social que revelaram características próprias. Essas pessoas desenvolveram perfis novos, sem ter sido aparelhadas por teóricos ideológicos ou por partidos políticos. Foram, digamos, construídas nas próprias lutas, oriundas da periferia ou da classe média intelectualizada, gente que aprendeu, com suas vitórias e derrotas, o caminho democrático. (MORAES, 2014, p.23)

A ditadura militar impôs violentas barreiras em todas as camadas da vida social dos brasileiros e também na trajetória do Serviço Social. Nos anos que antecederam o golpe, muita coisa vinha sendo trazida a luz, pelos debates e encontros dos profissionais das mais variadas áreas de atuação profissional. Com a tomada do poder pelos militares no Brasil, similar ao que ocorrera em outros países da América Latina, se apresenta um enfraquecimento do movimento que buscava a revisão da profissão, fruto das pressões e perseguição a categoria, aos estudantes e aos pensadores do Serviço Social.

O processo chamado Movimento de Reconceituação representou uma grande mudança para o Serviço Social, dada sua busca de desvinculação do Conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social Norte-Americano, segundo Netto (2005) o Serviço Social atravessa na década de 60, um profundo desgaste de suas práticas tradicionais, tendo o Movimento de Reconceituação contribuído e construído ao longo de uma década, a ruptura do serviço social tradicional, conservador, buscando uma nova identidade profissional com ações voltadas para as demandas da classe trabalhadora, passando a ter uma visão política da intervenção.

A segunda metade dos anos 1960 marca, (...) uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (...) .No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista,

reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (MORAES, 2014, p.6)

Sendo importante dentro desse contexto histórico, o Serviço Social está engajado no processo de luta pelo reestabelecimento da democracia junto aos movimentos sociais que se fez necessário repensar a profissão que ainda permanecia presa aos seus preceitos mais conservadores. É essa efervescência política do cenário brasileiro, que vai levar o Serviço Social a repensar a sua prática profissional, o seu arcabouço teórico metodológico e a sua postura ético-política, submetendo a profissão a “um questionamento global, como cita Iamamoto.

A profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. (YASBEK, 2000, p. 24)

O movimento de reconceitualização do Serviço social se deu de forma plural, concomitante, esse pluralismo, em nossa profissão, é fruto do processo de Renovação. Como sinaliza José Paulo Netto, é de 1960 a 1980 que surgem várias tendências teóricas no Serviço Social, as quais entravam em debate entre si. Essa etapa de reexaminar o Serviço Social partirá de três grandes momentos históricos para a profissão, sendo eles: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

Na modernização conservadora surge o primeiro momento em que o serviço Social se afasta da perspectiva religiosa, se tornando laico, afastando-se de sua vinculação com a igreja católica buscando uma modernização, porém está de um ponto de vista apenas técnico. Os profissionais vão buscar técnicas de intervenção mais sofisticadas e modernas para o seu agir profissional junto ao Estado buscando um

parâmetro de atuação vinculado a lógica positivista e neotomista nos modelos de serviço Social americano.

Vão se paramentar por uma lógica positivista, funcionalista assim como o modelo norte americano. Neste momento o Serviço Social vai acreditar que é ele um aporte para o desenvolvimento nacional, justamente pelo momento histórico no Brasil, que do ponto de vista econômico, está buscando qualificação de mão de obra para as indústrias, vendendo a ideia de que se o país se desenvolve do ponto de vista econômico, automaticamente se diluem vários dos problemas das expressões da questão social, trazida pela visão que culpabiliza o indivíduo por estar em situações de pobreza e marginalização por estes não fazerem a sua parte para construir um país grande, segundo Netto, (1992), pela incorporação de abordagem funcionalista e posteriormente sistêmicas, visando uma “[...] modernização conservadora e a melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e de enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade” (YASBEK, 2000, p.25).

Numa segunda tendência de modernização, temos a Reatualização do Conservadorismo, como foi definida por Netto (1992), num absoluto retrocesso do processo que vinha sendo construído anteriormente, onde se atrela a Fenomenologia, que aborda um discurso psicologizante pautado no diálogo como agente transformador.

A terceira direção desse processo, que Netto (1992) em sua análise, tratou por “intenção de ruptura”, diferentes dos momentos anteriores, alcançou, uma crítica sistemática ao Serviço Social, porém, de análise ainda incompleta, embasada pela aproximação ao pensamento marxista que se desenvolve dentro do debate do Serviço Social, destacando as influências iniciais do marxismo, mas de forma enviesada, abrandadas pela autocracia burguesa e por sua expressão política no regime militar brasileiro”.

Remete a profissão a consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx”. (YASBEK,2000. pg.25)

É em meados da década de 1980 que o serviço Social irá se aproximar da tradição marxista e buscar ruptura com este histórico conservador. Este será um momento emblemático para o Serviço Social, pois é o primeiro momento em que o Serviço Social irá de fato romper com o conservadorismo na profissão. No entanto, vale lembrar que este momento apresentou duas fases distintas, pois em razão de ainda estarmos vivendo a autocracia burguesa de repressão e perseguições, ter acesso aos referências marxistas significava um perigo real de vida para os que os buscavam. Portanto Marx adentrou o Serviço Social na época por outras fontes que possuam uma leitura equivocada do marxismo, enviesado, “Marxismo sem Marx” como ficou conhecido, onde se confundia dimensão política com militância política, mantendo assim uma apreensão reducionista de sua teoria. (SANTOS, 1983).

Num segundo momento, nesse processo de redemocratização brasileira e o fim da ditadura, a categoria profissional avança na apropriação marxista o que contribui fundamentalmente para a construção de uma perspectiva crítica que rompe com o conservadorismo e se faz uma opção consciente do ponto de vista político, teórico e ético pautado pelo pensamento marxista.

3. AS DIMENSÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE

O serviço social brasileiro, em sua trajetória histórica, buscou ao longo de seu processo de renovação transformar a finalidade de sua ação, concebendo novas respostas às demandas da realidade concreta da sociedade. Como vimos no capítulo anterior, é a partir da década de 1980, que o serviço social direciona sua ação na busca do fortalecimento da classe trabalhadora, quando também passa a se consolidar como profissão na e a partir da divisão do trabalho.

Para essa compreensão, segundo Iamamoto, é necessário ao buscarmos compreender a prática profissional, reconhece-la como prática inserida no jogo das relações de classe e nas relações sociais e em todo um conjunto de elementos cultural, político e econômico, sendo assim, “supõe inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária”. (IAMAMOTO, 1992, p.88)

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências dessa ação -, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais. Acioná-la de modo consequente implica, também, em considerar as demandas colocadas pela população (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 19-20).

Essa nova perspectiva histórica do fazer profissional lança a classe dos profissionais e estudiosos do Serviço Social a uma gama de ações que vão se desdobrando e ampliando a profissão; surgem significativas alterações no campo de ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização política dos assistentes sociais.

Neste processo de Renovação crítica surgem a revisão curricular de 1982 e o Código de Ética de 1986, expressando históricos passos no caminho da ruptura com o conservadorismo na profissão. Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social revisto e atualizado em 1993, a Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica que foi revisada e aprovada em 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001).

Temos, na passagem da década de oitenta para noventa, a consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social, fruto dos desdobramentos vividos em seu processo histórico. Este projeto hegemônico – porém permeado de tensões – possui como valor central o reconhecimento da liberdade à luz da perspectiva ontológica, ou seja, compreende esta enquanto possibilidade de escolha dentre várias alternativas concretas.

O nosso Código de Ética imprime e reflete a nossa função social, o nosso papel no âmbito da sociedade, as lutas ao longo de nossas trajetórias sócio históricas enquanto assistentes sociais, representa todo o posicionamento, tanto ético quanto político, de toda uma categoria profissional diante da sociedade brasileira. O código de ética deixa claro que o nosso trabalho se volta na defesa dos direitos da classe trabalhadora. E é dessa forma que ele vai orientar as respostas profissionais, balizadas em onze princípios, tendo a liberdade como valor ético central, defendendo os direitos humanos, a democracia, a cidadania, a justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito, garantindo o pluralismo de todas as correntes teóricas que caminham na mesma direção daquilo que deseja o Serviço Social.

O assistente social tem, no Código de Ética, orientações para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, trazendo a luta por uma nova Ordem Social para todos, posto como compromisso o resguardo a autonomia e emancipação dos indivíduos. Em sua dimensão política, de forma clara, certifica a equidade e a justiça social no que se refere as dificuldades ou negação no acesso a bens e serviços preconizados pelas políticas públicas, buscando a consolidação e expansão dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Assim sendo, “[...] o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida” (Netto, 1999, p. 16).

Em sua dimensão profissional este projeto se centraliza na competência, no aperfeiçoamento intelectual dos profissionais, na concordância de uma formação acadêmica qualificada, que possua concepções teórico-metodológicas embasadas criticamente, capazes de possibilitar uma análise da conjuntura concreta e real, fomentando a preocupação investigativa do profissional. (NETTO, 1999, p. 16)

Tendo como foco os usuários dos serviços, o Projeto Ético Político prioriza a qualidade dos serviços prestados à população pelas profissionais. Nessa perspectiva preconiza a publicidade dos recursos utilizados pelas instituições, qualificando o exercício da democratização e da universalização, fomentando a participação dos usuários nas decisões institucionais.

[...] as linhas fundamentais deste projeto estão sintonizadas com tendência significativas do movimento da sociedade brasileira (do movimento das classes sociais). Estas linhas não derivaram do desejo ou da vontade subjetiva de meia dúzia de assistentes sociais envolvidos na militância cívica e/ou política; elas expressaram, processadas numa perspectiva profissional e refratadas no interior da categoria, demandas e aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros. Numa palavra: este projeto profissional vinculou-se a um projeto societário que, antagônico aos das classes proprietárias e exploradas, tem raízes efetivas na vida social (NETTO, 1999, pp. 18).

Depois dessa breve consideração sobre o código de ética de 1993 mais uma vez, salientamos a importância de seu valor central, a liberdade. Entendida segundo Marx, como a capacidade que o homem possui para desenvolver seu potencial humano.

A liberdade desse ser alienado, separado de sua essência, só poderia ser possível mediante o reconhecimento desse homem como ser genérico que, em sua individualidade subjetiva, compreenderia e passaria a reconhecer em si o universal objeto. Afastaria de si o direito positivo como prerrogativa, podendo compreender as relações que engendram o ser social na sociedade capitalista (2004, pp. 81).

Este Código aponta um salto inovador em sua formulação: a perspectiva da superação do moralismo, a negação de qualquer tipo de preconceito e discriminação, o fortalecimento do respeito as escolhas pessoais dos indivíduos. A recusa veemente a política vigente, excludente e moralizadora, pelo contrário, sua posição política é clara no apoio das lutas sociais, a favor da classe trabalhadora e das minorias, eliminando qualquer aproximação a concepções conservadoras, autoritárias que neguem a liberdade e a democracia.

Ancorado e sustentado nos fundamentos históricos e teórico metodológicos da tradição marxista, institui valores e princípios éticos radicalmente humanistas (IAMAMOTO, 2009). Desse modo, à ética possui centralidade na formação e no exercício profissional.

[...] o agir ético constrói concretamente modos de ser orientados por valores e princípios escolhidos conscientemente pelos indivíduos sociais, mas sua autonomia em face das escolhas é sempre relativa a determinadas condições históricas. A escolha implica a liberdade; o ser social é livre porque pode construir alternativas para então escolher conscientemente entre elas. Por isso, a liberdade que funda o agir ético não é um valor abstrato; para que a liberdade exista é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sócias de intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de vivências da liberdade (BRITES; BARROCO, 2000, p. 22.)

3.1 As características das dimensões profissionais

A exemplo de todas as profissões, o agir profissional não é dissociado da dimensão sócio-histórica da sociedade em que nos colocamos, o que exige uma clareza a respeito do processo técnico-profissional, pois esse não representa o agir pelo agir, mas circunscreve-se como uma prática com especificidades que lhes são próprias

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências dessa ação -, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais. Acioná-la de modo consequente implica, também, em considerar as demandas colocadas pela população (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 19-20).

A intervenção profissional do assistente social é constituída de diferentes dimensões, dentre elas as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; as três dimensões constitutivas do serviço Social são extremamente relevantes para a prática profissional, uma vez que elas contribuem e influenciam diretamente nos enfrentamentos dos desafios profissionais contemporâneos.

[...] A dimensão técnico-operativa se constitui na 'forma de aparecer da profissão', no modo pelo qual a profissão é conhecida e reconhecida. Ela é o modo de ser da profissão, o modo como aparece no movimento das três dimensões. Tal característica permitiria reconhecê-la até mesmo como uma 'síntese' do exercício profissional, pois é composta também pelo conhecimento da categoria, pelas qualidades subjetivas dos agentes, pelas condições objetivas do trabalho, pelo projeto profissional, pela ética, pelos valores. Portanto, discutí-la significa discutir o trabalho profissional como um todo, implica discutir o trabalho profissional como resultado de tal trabalho (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 17)

Conforme Santos (2002), o termo “dimensão” remete às propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Que aplicados a nossa profissão, estes princípios vêm a ser a base para a concretização do Serviço Social. É imprescindível que os assistentes sociais conheçam e apliquem essas três dimensões constitutivas do Serviço Social.

É importante salientar que elas não se separam nem tampouco se sobrepõem, formam entre si uma relação de unidade na diversidade, essas dimensões são interligadas, interdependentes, se complementam, apesar de manterem suas especificidades todas estão no mesmo nível de grau e de importância no âmbito da atuação profissional, articulando entre si, teoria e prática. Cada uma das dimensões possui a sua diversidade, todavia se complementam.

[...] conjunto de procedimentos que sejam articulados entre si, isto é, técnicos (no sentido de saber fazer e conduzir tecnologia e conhecimentos); políticos (tomar posição e fazer escolhas na articulação de sujeitos e movimentos sociais); teóricos (capacidade de análise, compreensão e projeção); ético (não basta querer, é preciso saber o que se quer conhecer os fundamentos dos princípios e valores que norteiam nossas ações, tais como igualdade, justiça e liberdade).

(CRESS revista, p. 32, 2001)

Tais dimensões acima citadas possuem diferentes conceitos e significados e carregam em si a essência e as expressões do exercício profissional, desta maneira fazem sentido e se correlacionam entre si.

[...] Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se como “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano.[...] (GUERRA, 2014).

De maneira geral a dimensão teórica metodológica está presente no cotidiano profissional submersa em suas intervenções que tem como base diferentes teorias que propiciam o conhecimento da realidade que o Assistente social atua. Nesse sentido

ocorre esta interlocução entre teoria e prática propiciando o movimento dialético permitindo ao profissional do Serviço Social conhecer com profundidade as configurações da sociedade, uma explicação da dinâmica da vida social, do concreto e das relações sociais nos aproximando assim de nossa principal corrente teórica que é a marxista.

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do Assistente Social (IAMAMOTO, 1998, p. 52)

É a dimensão que dá suporte para as reflexões, os questionamentos, as análises da realidade e conclusões para intervenção e não necessariamente acontecem de maneira consciente e objetiva, mas acontecem a partir das teorias de grandes pensadores e profissionais de referência na profissão.

Iamamoto (2015a, p. 63) aponta:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de seu processo formativo é parte do seu acervo e de seus meios de trabalho.

Cabe aqui refletir sobre a separação de teoria e prática no exercício do cotidiano profissional, esse distanciamento pode ocorrer de maneira silenciosa e com a intencionalidade de compreender a totalidade da situação em que o profissional se depara, isto não quer dizer que as bases teóricas não estejam postas de maneira intrínsecas na sua intervenção, assim “[...] famoso distanciamento do trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional [...]” pode influenciar

de maneiras diferentes nas “[...] mediações entre bases teóricas já acumuladas e a operatividade do trabalho profissional [...]” (IAMAMOTO, 2015a, p. 52).

A dimensão ético-política diz respeito ao agir profissional segundo suas intencionalidades, os compromissos e os valores da profissão. Presente em diversos espaços sócio-ocupacionais está imersa tanto na teoria quanto na prática, a dimensão ético-política representa a ação propositiva, o comprometimento do profissional com seu Código de Ética, com objetivos do seu projeto profissional, com o que o Assistente Social busca na sua intervenção.

As ações profissionais, as tomadas de decisões, a maneira como o profissional vai ou não atuar, suas reflexões e finalidades estão carregadas de valores baseados na intrínseca relação entre ética e política.

A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico-operativa, é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real. (SANTOS. C. M, 2006, p.12)

Por fim a dimensão em que abordaremos com mais profundidade, a Dimensão técnico-operativa. Esta trata-se do efetivo fazer profissional, a intervenção propriamente dita, a atuação do Assistente Social no seu espaço sócio-ocupacional.

Apesar do reconhecimento de que as dimensões só existem em relação umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida. Dela emana a imagem social da profissão e sua auto-imagem. Ela encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. (GUERRA, 2014)

Para descrevermos a dimensão técnico-operativa é importante ressaltar que não existe a separação e a neutralidade dela mediante as dimensões teórico-metodológica e ético-política, são em si uma unidade, uma complementação, estão correlacionadas e se relacionam a cada ação profissional.

A teoria e prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel. A prática precisa ser entendida com base em categorias mais globais, colocando à prova os conceitos e as teorias que estabelecem veracidade ou falsidade. A teoria é o ponto de partida, mas não é determinante nem prevalece sobre a prática; ela se apropria do concreto para transformá-la em concreto pensado, efetivando a abstração. (LEWGOY, 2010, p. 166).

Para a realização do seu trabalho, o profissional de Serviço Social precisa ter uma base, um norte, uma metodologia para agir, considerando sua atuação algo tão delicado e importante, existem objetivos a serem atingidos em uma intervenção, tanto de maneira objetiva – encontradas na realidade material - quanto subjetiva - referentes ao profissional como ser humano, sujeito de habilidade e competências para fazer escolhas e agir – sendo esta a dimensão técnico-operativa.

[...] a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operativos, bem como, a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 21).

As três dimensões do Serviço Social são nossa base, para o alicerce que nos mantem em nossos objetivos, nelas encontramos toda a teoria, os compromissos e objetivos da profissão e a forma como iremos atuar, a maneira como nosso agir e intervir será materializado. A reflexão acerca da unidade entre as três dimensões do Serviço Social, a partir de Cardoso & Assis (2017) indica as necessárias questões: o que/como fazer?, por que fazer? e para que fazer?.

Para que fazer? A resposta desta questão explicita ao profissional a intencionalidade de sua ação, conferindo sentido à esta. Aponta onde ele quer chegar com a realização desse fazer, ou seja, a direção social que imprimirá à sua ação orientando as escolhas que realizará. Diz respeito, portanto, a dimensão ético-política.

-Por que fazer? Diz respeito a forma como o profissional compreende reflexivamente sua ação e o objeto/sujeito desta, justificando a necessidade de tal intervenção e o caminho escolhido para esta. Os aportes teórico-metodológicos que sustentam sua análise e sua intervenção orientando, informando e explicitando todas as intencionalidades contidas nesta. O que nos remete a dimensão teórico-metodológica.

-O que/como fazer? Está diretamente relacionada ao cotidiano na sua operacionalização, a realização em si de suas atividades, porém depende completamente das respostas dadas às outras duas questões e das condições objetivas postas à realização da ação. Só podemos pensar o que/como fazer, se sabemos por que fazer e para que fazer, senão apenas fazemos por fazer.

(Cardoso & Assis, 2017, p.10)

3.2 A instrumentalidade da Dimensão Técnico-operativa

A instrumentalidade é o momento em que o profissional vai utilizar todo o seu conhecimento de maneira organizada, delimitada e real. Não estamos falando de uma receita de bolo em que cada item vai em um local e momento, mas podemos dizer que a instrumentalidade proporciona um direcionamento na hora de realizar as ações profissionais.

Neste sentido, de acordo com Trindade (2001, p.66), falar do instrumental técnico-operativo é considerar “a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas)”.

A instrumentalidade em si não reflete somente os instrumentais utilizados pelo profissional no seu cotidiano baseado em seu direcionamento, mas também toda teoria por trás, a partir dela o profissional realiza seus objetivos carregados de sua

intencionalidade, pode intervir, atuar, transformar, criar estratégias, novas formas de pensar, modifica realidades e encontra opções de trabalhar efetivamente.

Como os instrumentos são considerados meios de se alcançar uma finalidade, ao escolher um determinado instrumento de ação o profissional deve ter clareza da finalidade que pretende alcançar: se está coerente com as finalidades da profissão e se o instrumento escolhido permitirá a efetividade de tais finalidades – sabendo que essa efetividade é aproximativa.

(SANTOS. C. M, 2004 p.18)

Cabe aqui ressaltar a importância do profissional do Serviço Social fazer sempre uma relação com a realidade do seu espaço sócio-ocupacional, da situação em que o usuário se encontra, de todos os detalhes presentes no atendimento, para então utilizar com propriedade e fundamento as ferramentas disponíveis.

A construção e utilização de instrumentais se fundamenta nas condicionantes sociais que conformam a história do Serviço Social, em especial as intuições onde o agente profissional atua. Para além disso, segundo a autora, o uso de instrumentos e técnicas (e consequentemente dos resultados que deles advém) depende da intencionalidade dos atores da profissão, incluindo os valores e a racionalidade que subscreve sua prática. (MARTINS, 2017, p.20).

Nesta linha compreende-se que a utilização dos instrumentais é imprescindível para o Assistente Social realizar seu trabalho, e por este motivo após anos de consolidação da profissão, desconstruções, reconstruções e aprimoramento, possuímos hoje um arsenal de diversos instrumentos para executar o trabalho em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A construção e utilização de instrumentais se fundamenta nas condicionantes sociais que conformam a história do Serviço Social, em especial as intuições onde o agente profissional atua. Para além disso, segundo a autora, o uso de instrumentos e técnicas (e consequentemente dos resultados que deles advém) depende da intencionalidade dos atores da profissão, incluindo os valores e a racionalidade que subscreve sua prática. (MARTINS, 2017, p.22)

4. APORTES SOBRE A RELIGIOSIDADE E O SERVIÇO SOCIAL

4.1 Considerações sobre o cenário religioso brasileiro

Segundo o Censo demográfico 2000, o catolicismo no Brasil diminuiu com o passar dos anos. Em 1970 os católicos faziam parte de mais de 90% da sociedade, o que, a partir dos anos 2000 chegou a pouco mais de 73,8% da população. Em contrapartida, foi durante os últimos vinte anos que as religiões evangélicas tiveram um abrupto crescimento, somando 26.184.941 pessoas (PIERUCCI, 2004).

Já os resultados do Censo demográfico de 2010 (PIERUCCI, 2004) comprovam o crescimento da diversidade entre os grupos religiosos, conflitantes com o observado nos anos anteriores, onde a maioria católica observada era de 73,6% passando para 64,6% em 2010. Junto a esse fato, a população evangélica passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010 - um aumento de cerca de mais de 15 milhões de pessoas.

Ainda conforme o estudo de Pierucci (2004), o Censo indicou um aumento no número registrado de espíritas e, também, dos declarados sem religião definida. Os primeiros, de 1,3% para 2,0% em 2010, indo de um total de 2,3 milhões para 3,8M. Já os declarados sem religião definida representavam 8% da população e os adeptos de religiões de matriz africana como umbanda e candomblé permaneceram em 0,3% da população total.

4.2 Religião e religiosidade no cotidiano e nas concepções

O termo religião, originário do latim *relegere*, tem como significado respeitar e dedicar-se a um culto/religar, do verbo, em latim, *religare*, que – em suma – se traduz de forma a constituir um laço entre homem e Deus como fonte de sua existência, um vínculo. “O mundo profano e o mundo sagrado, isto é, a natureza e as divindades que habitam a natureza”. (CHAUÍ, 2012, p. 232)

Geralmente as crenças religiosas são uma experiência profundamente pessoal, envolvendo um forte sentido de conexão com forças que transcendem a realidade cotidiana. Porém, religião não é basicamente uma vivência individual, ela também pertence e coexiste com o coletivo, sendo algo público, que, explicado por ciências como a sociologia e antropologia, são ditas como sistemas de referência, aprendidos culturalmente pelos indivíduos; pois as pessoas não nascem religiosas, elas tornam-se religiosas.

Os seres humanos possuem necessidades materiais, artísticas e morais, as quais não conseguem plenamente satisfazer apenas pelo próprio esforço individual, recorrendo aos hábitos, a cultura e, por sua vez, a própria religião que historicamente sofre determinações que influenciam as escolhas dos indivíduos.

Esses indivíduos não são independentes do meio social, estes se organizam e produzem suas próprias condições sociais e por elas são conduzidos, pois a vida social requer certo grau de consenso. Para que essa interação aconteça de forma harmônica, esse consenso é mediado tanto pelas identidades pessoais, pelo contexto social e pelas expectativas coletivas de comportamento dentro daquele contexto. Sendo assim, os papéis desenvolvidos em cada sociedade não são padrões externos de conduta, são elementos interiorizados pela consciência humana, em um complexo universo das interações sociais, sobre esse processo de interiorização e exteriorização do indivíduo, Berger (1985) afirma:

Os seres humanos, no curso da sua exteriorização, projetam seus significados no universo que os cerca. Essas projeções são objetivadas nos mundos comuns das sociedades humanas. A “objetividade” dos significados religiosos é uma objetividade produzida, ou seja, os significados religiosos são projeções objetivadas (BERGER, 1985, p.101).

A sociologia trata a religião como um sistema cultural de crenças e rituais comuns e compartilhados, que proporciona um senso de significado e propósito finais, criando uma visão da realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural (DURKHEIM, 1976).

No campo da Sociologia, o estudo das religiões está alicerçado em fundamentos que, ao longo dos anos, foram consolidados pelo pensamento de estudiosos como Durkheim, Berger e Marx. (GIDDENS, 2012).

Na contemporaneidade, os teóricos da sociologia da religião conduziram seus trabalhos sobre as novas dimensões a que buscam inserir as religiões, dimensões essas especialmente no campo da política, mudanças promovidas pela secularização, estudando como se organizam esses novos agentes religiosos e como esses têm, de forma atuante, ocupado os espaços públicos e as esferas do poder. (WILLAIME, 2012)

Entretanto, os mesmos acreditavam, previam, que no mundo moderno, com o avanço da ciência, com o conhecimento científico, (Anthony Wallace, 1966) a influência da religião, suas práticas e rituais, a participação nos cultos, assim como o número de membros, especialmente nos países ocidentais, sofreria uma diminuição significativa em longo prazo, e para alguns estudiosos iria até mesmo desaparecer. Porém, segundo Giddens:

A secularização se refere ao declínio da influência da religião. mensurar o nível de secularização é complicado pois existem várias dimensões de mudança envolvidas: o número de membros, o status social e a religiosidade pessoal. Embora a influência da religião tenha decaído definitivamente, ela certamente não está a ponto de desaparecer, e continua a unir e dividir pessoas no mundo moderno. (GIDDENS, 2012, p. 496)

No entanto, mesmo a religião diante de processos históricos vividos pela humanidade, tendo atravessado períodos de importante mudança ocorridas em pouco mais de um século, claramente a ciência não irá destruí-la e esse provavelmente não seja seu propósito. Na verdade, o que acompanhamos estarecidos no momento em que o mundo atual passa por uma devastadora Pandemia Mundial, vem a ser o contrário: a ciência que está sendo alvo de ataques, disseminação de notícias falsas, descrédito de pesquisas científicas, de recomendações sanitárias, vacinação; arrebatadas por um viés político e também em alguma medida religioso, estando a ciência sujeita a crescentes ameaças à sua legitimidade social e pondo em risco centenas de milhares de vidas, por uma cultura negacionista.

A religião é uma forma de cultura, já que a cultura abrange crenças, ideias, e valores criados e compreendidos entre um grupo de pessoas. Rituais que expressam em suas práticas a identificação de determinado grupo lhes atribuindo uma identidade coletiva. E, talvez o mais importante, a ideia de um propósito de vida, uma explicação da manifestação do Sagrado dada pela religião que transmite como inquestionável e absoluta a sua existência, criando uma vinculação onde o mundo profano e o mundo sagrado – ou seja, a natureza e as divindades – estão ligadas entre si. Daniele Hervieu Léger traz uma importante definição da necessidade humana de produção de “deuses”.

Os homens têm necessidade dos deuses para existir em sociedade, mas os deuses dependem dos homens, que se dedicam, por meio do culto que lhes prestam, a preservar sua existência. As práticas religiosas e as crenças que racionalizam teologicamente sua necessidade social têm como função reativar e perenizar a “emoção das profundezas”. Elas relançam a própria dinâmica da vida coletiva, garantindo a “restauração moral, dos indivíduos que retornam a vida profana com mais coragem e ardor. (HERVIEU LÉGER, 2009, p 194.)

Cultura e religião se fundem como dois organismos de potente combinação, principalmente em uma localidade como o Brasil, onde dentro de seus mais de 500 anos de história, sofreu uma imensa influência religiosa e formou-se estruturado em uma cultura de hegemonia cristã.

Não há consenso acerca da nomenclatura, muitas vezes no mundo acadêmico o termo religiosidade se confunde com a própria ideia de religião, porém são formas distintas entre si, tendo em base como definição que religiosidade em parte está vinculada às religiões em sua institucionalidade, entretanto se trata de um sentido ou conotação referente mais ao individual, às coisas próprias e subjetivas da experiência do sagrado. Na análise de Hervieu-Léger, temos que:

O religioso não se define unicamente através dos objetos sociais (as “religiões”) nas quais se manifesta de modo compacto e concentrado. O religioso é uma dimensão transversal do fenômeno humano, que trabalha de modo ativo ou latente, explícito ou implícito, em toda a espessura da

realidade social, cultural e psicológica, segundo modalidades próprias a cada uma das civilizações (HERVIEU-LÉGER, 1999, p.19).

Dessa forma, podemos entender que a Religiosidade se constitui de um sentimento íntimo existencial, uma busca pelo sentido de viver e estar no mundo e que não necessariamente estará ligado à crença em algo maior, como um Deus. “A religião não cria a religiosidade, mas esta é que cria a religião” (SIMMEL, 1997, p.150)

A experiência religiosa na vida das pessoas, independente de qual seja a religião que se segue, faz parte de uma vida com sentido, em que o ser humano explora a força de sua dimensão espiritual (GIDDENS, 2012). Descobre-se que é humano, quando se tem a consciência dos outros e de nós mesmos. Diferente dos demais seres da natureza, o ser humano possui a capacidade teleológica, que é a principal causa para o surgimento da religiosidade.

Dentro do universo religioso pode-se citar a relação do indivíduo com sua crença, onde se apresenta a ideia de sagrado e profano, envolvidas através dos símbolos, dos ritos e do mito. A ideia de sagrado é tudo que cerca de significados a vida, o espaço, os símbolos de uma pessoa ou de um grupo. O Profano é tudo que é estranho à religião ou ao sagrado, pertencente ao mundo, que não respeita ou necessita dos ritos ou de cultos religiosos.

Dependendo da experiência religiosa de cada indivíduo ou do grupo, cada um constrói para si sua imagem e ideal de sagrado e profano. Assim, podemos entender e consagrar em determinada religião algo como sagrado, como, por exemplo, a Índia, onde, na religião hindu, a vaca é considerada um animal sagrado; no ocidente cristão o animal nos serve apenas de alimento, não é simbólico e não faz parte de ritos e adorações; ou religiões muçulmanas, onde as culturas que diferem de seus costumes se chocam com a violência e exclusão das mulheres na sociedade dos mesmos – para muitas mulheres nascidas e criadas dentro dessas sociedades, por exemplo, as mulheres do ocidente são “profanas” aos seus olhos, principalmente pela sociedade livre, onde é possível lutar para poder se vestirem, estudar, conviver em sociedade livremente e serem donas de suas próprias escolhas (CHAUÍ, 2013).

Portanto, negar as experiências religiosas de cada indivíduo ou cultura é negar nossa própria essência humana. Ao observarmos outra etnia ou grupo, até mesmo a nossa própria, devemos abandonar uma visão etnocêntrica do mundo, compreender que tudo que a compõe, seus hábitos, crenças, religião, língua, não deve ser medido por uma visão limitante, mas sim com alteridade que nos permite observar com a responsabilidade necessária.

Os sociólogos não se preocupam se as crenças religiosas são verdadeiras ou falsas, se deuses existem ou não (GIDDENS, 2012). Na perspectiva sociológica as religiões são observadas como fenômenos, consideradas construção social dos seres humanos, e é a sua maneira de organização, seus valores principais, sua validação pelos grupos sociais e sua relação com a sociedade em que está inserida, seu apelo e força social que a mantém, o conjunto dessas expressões, como indicava Durkheim, representa um sistema de forças bem vivo. Ainda segundo ele, “a religião não poderia ser vista somente como um sistema de ideias, ela é, antes de tudo, um sistema de forças”.

A sociedade brasileira foi historicamente gestada tanto cultural como politicamente por um ideário cristão. Em maior ou menor grau, a influência religiosa sempre esteve presente. Em carta ao primeiro Governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, sua majestade escreveu: “A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa Fé católica” (Santos et al., 2016 apud. Hoornaert, 1974. p.32). Poderes de Estado eram concedidos à Igreja como forma de auxiliar o trabalho de colonização nas terras brasileiras, que consistia em transformar a população brasileira através de um projeto civilizatório do cristianismo. Acreditava-se na colaboração do cristianismo como componente promovedor da submissão coletiva dos nativos, num primeiro momento, e do povo de forma geral em relação às ordens da coroa portuguesa, ou seja, o cristianismo atuaria conforme uma ideologia de dominação.

Foi entre o período Imperial e a República que as relações entre Estado e Igreja se organizaram. Durante o Império a Constituição Brasileira de 1824 oficializou a religião católica como religião oficial no Brasil, assegurando a aliança entre Estado e Igreja tendo a Igreja feito seu papel de apoiar os governos do Estado Novo e do regime militar na década de 1960, ainda que setores da Igreja durante a ditadura, tenham lutado contra o

regime ditatorial brasileiro, caso dos setores mais progressistas conhecidos como Teologia da libertação e Pastoral da Guerra.

Contudo, a partir dos anos de 1980, percebemos o crescimento da expansão dos grupos evangélicos no Brasil, com destaque para os grupos neopentecostais, que propagam a ideologia cristã, sob outros moldes, mas que mantiveram nítida a relação entre Estado e religião, sendo que a partir desse período promove-se a inclusão dos setores evangélicos nessa relação, a princípio de maneira tímida e despercebida, mas hoje a atuação se faz pela presença de uma bancada evangélica, por exemplo, no Congresso Nacional.

As transformações pelas quais passaram a cultura ocidental nas últimas décadas, antes ordenadoras do mundo, do coletivo, perderam seu poder restando apenas seus rituais, seu legado, seus “fiéis”, buscando para si no novo mundo que se inicia articulando-se com os outros processos societários. A modernidade impactou definitivamente a história da humanidade, os acontecimentos advindos dessa modernidade, revolucionou a sociedade ocidental como um todo; os novos conceitos introduzidos pela modernidade exigiram uma releitura da principal religião que embasava a sociedade ocidental, o cristianismo católico. A teoria da Secularização, cujas bases se encontram originalmente no Iluminismo, faz emergir a crença na ascensão da ciência e declínio objetivo e subjetivo da religião. (GIDDENS, 2012)

A modernidade construiu-se em meio a conflitos ideológicos da razão objetiva instrumental, utilizada como ferramenta de abordagem de problemas e questões do pensamento humano e de sua realidade, e abandonou progressivamente o pensamento tradicional. Weber faz alusão a esse fenômeno ao chamá-lo de “o processo de desencantamento do mundo”. A esfera do sagrado vai, aos poucos, sendo transformada por explicações racionais em que o sujeito moderno se despe de costumes e crenças baseadas em tradições herdadas ou aprendidas que se apoiam nos pilares fixos das religiões ou da “magia”. Explicações e questionamentos baseados na utilização da razão instrumental quebram noções preconcebidas e ancoradas no núcleo religioso tradicional. (CHAUI, 2013)

Na dimensão religiosa, o homem deixa de acreditar que o mundo é povoado por forças divinas que podem ser manipuladas pela magia. Na dimensão científica, através

da razão, o homem desmistifica a natureza, surgindo cada vez mais organizações racionalizadas e burocratas; avançando no processo de Secularização, que implica a separação entre Igreja e Estado. (GIDDENS, 2012)

As religiões são criações humanas, existindo para atender às necessidades de resposta, conforto e troca de experiências na vida em comunidade de uma maneira que nenhuma outra instituição social consegue cumprir. A história mostrou que homens e mulheres, ao longo do tempo, buscaram respostas dentro e fora de si mesmos, transcendendo; e seguiram as respostas que receberam. Assim, Danièle Hervieu-Léger faz uma importante consideração acerca da necessidade dos homens em criar “deuses”:

Os homens têm necessidade dos deuses para existir em sociedade, mas os deuses dependem dos homens, que se dedicam, por meio do culto que lhes prestam, a preservar sua existência. As práticas religiosas e as crenças que racionalizam teologicamente sua necessidade social têm como função reativar regularmente e perenizar a “emoção das profundezas”. Elas relançam a própria dinâmica da vida coletiva, garantindo a “restauração moral” dos indivíduos que retornam à vida profana com mais coragem e ardor. (HERVIEU LÉGER, 2009, p. 194)

Durante séculos, a humanidade busca entender e explicar o "significado da vida". A filosofia acredita que essa contemplação e o desejo de entender nosso lugar no universo são o que diferencia a humanidade de outras espécies. Sociólogos, antropólogos e filósofos sempre buscaram compreender a cultura de um povo se debruçando sobre sua religião, pois todas as sociedades humanas que surgiram, criaram religião. Escavações arqueológicas revelaram objetos de rituais antigos, locais de enterro cerimonial e outros artefatos religiosos. Muitos conflitos sociais e até guerras resultaram em disputas religiosas. O sociólogo pioneiro Émile Durkheim descreveu-a com a afirmação etérea de que consiste em "coisas que ultrapassam os limites do nosso conhecimento" (DURKHEIM, 1915).

A religião é um vínculo. Quais as partes vinculadas? O mundo profano e o mundo sagrado, isto é, a natureza e as divindades que habitam a natureza. [...] Porque a religião liga humanos e divindade, porque organiza

o espaço e o tempo, os seres humanos precisam garantir que a ligação e a organização se mantenham e sejam sempre propícias. (CHAUI, Marilena. 2013, p.22)

Pode-se considerar que a religião é uma das fundações mais antigas da humanidade. Em todos os tempos históricos estiveram presentes nos homens a incerteza do futuro, as angústias do presente e as experiências do passado que perpassam pela vida de cada indivíduo. Quando o mundo não tem respostas ou ordens disponíveis para guiar quem necessita, a religião surge como resposta – não se tratando de mera ideologia, mas de ação e influência direta nas relações humanas e sociais. (GIDDENS, 2012)

Nas sociedades ocidentais, muito dos valores morais, leis, códigos, estão ancoradas em cima da ordenação e mandamentos da Igreja Católica. Nos 150 anos do processo de secularização do Estado, dados recentes apontam a maior parte da população mundial como pertencente a alguma corrente religiosa. “Não se trata propriamente de um esfriamento da religião, ainda que tenha se confirmado em partes da Europa ocidental ao longo do século XX, mas sim um fortalecimento da autonomia individual sobre as escolhas religiosas”. (BELLOTTI, 2011, p. 25)

Entendendo religião enquanto um “produto histórico, culturalmente condicionado pelo contexto, e, por sua vez, capaz de condicionar o próprio contexto em que operam” (MASSENZIO, 2005, p. 149). De fato, religiões existem para além de princípios códigos e fé, importante ter em mente a função social que exercem no dia-a-dia da população, quer crentes ou não. É necessário identificar suas relações com o mercado, a violência, a política, a cultura, a mídia, etc. Apesar da insistência em tê-la como “escolha pessoal”, a religião possui caráter social, político e psicológico, sua subjetividade concretiza-se objetivamente no modo de pensar e agir dos fiéis, influencia a tomada de posição e perpassa toda a vida social.

Muito já foi estudado sobre ela no passado, mas seus avanços, seus outros desdobramentos, configurações, suas interações com o mundo contemporâneo precisam continuar a serem pesquisados, pois o que vemos especialmente no Brasil e América Latina não se trata puramente de religião descolada da realidade, ao contrário, se

encontra tão imbricada em nossa sociedade, tão significativa para tantos, às vezes mudando os sentidos, as subjetividades de toda uma vida, um grupo, ou não significando absolutamente nada para outras pessoas, outras denominações religiosas ou outras nacionalidades, certamente tratar sobre religião pode nos parecer profundamente contraditório, muitas vezes instrumento de poder que a transforma num meio útil para a ação política a serviço do Capital.

Dedicando-se à análise do fenômeno religioso nos dias atuais, podemos aqui pensar na explicação de Usarski (2002) que nos traz alguns conceitos sobre religião elementares:

Primeiro, religiões constituem sistemas simbólicos com plausibilidades próprias. Segundo, do ponto de vista de um indivíduo religioso, a religião caracteriza-se como a afirmação subjetiva da proposta de que existe algo transcendental, algo extra-empírico, algo maior, mais fundamental ou mais poderoso do que a esfera que nos é imediatamente acessível através do instrumentário sensorial humano. Terceiro, religiões se compõem de várias dimensões: particularmente temos que pensar na dimensão da fé, na dimensão institucional, na dimensão ritualista, na dimensão da experiência religiosa e na dimensão ética. Quarto, religiões cumprem funções individuais e sociais. Elas dão sentido para a vida, elas alimentam esperanças para o futuro próximo ou remoto, sentido esse que algumas vezes transcende o da vida atual, e com isso tem a potencialidade de compensar sofrimentos imediatos. Religiões podem ter funções políticas, no sentido ou de legitimar e estabilizar um governo ou de estimular atividades revolucionárias. Além disso, religiões integram socialmente, uma vez que membros de uma comunidade religiosa compartilham a mesma cosmovisão, seguem valores comuns e praticam sua fé em grupos. (USARSKI, 2002, p. 03.)

Anterior ao processo de secularização da sociedade, a religião determinava completamente todos os aspectos da vida humana, esperava-se que, com a Modernidade, a cultura seria impactada pela ciência de tal maneira que a religião cairia em desuso, acreditando que, com o tempo, os templos religiosos seriam menos frequentados, os líderes religiosos perderiam credibilidade, que a religião lentamente desapareceria da vida cotidiana das pessoas. Originalmente, ela se estende a tudo: tudo o que é social é religioso, as duas palavras são sinônimas. Depois, pouco a pouco, as

funções políticas, econômicas e científicas se emancipam da função religiosa, constituem-se à parte e adquirem um caráter temporal cada vez mais acentuado. Deus, se é que podemos nos exprimir assim, que antes estava presente em todas as relações humanas, retira-se progressivamente delas; ele abandona o mundo aos homens e a suas disputas. (DURKHEIM, 1995)

Todavia, mesmo em sociedades secularizadas a religião tem conseguido manter resquícios de sua presença até os dias atuais. Ainda que sem todo o poder concedido no passado, a religião é detentora de muita importância nas relações sociais, mediando as vidas dos indivíduos de tal maneira que muitas vezes passa despercebida.

O Brasil também recebeu influência do processo de secularização, mas ainda permanece cercado, em vários os setores da sociedade, atravessado pela religião, especialmente as católicas e de fundamentos cristãos. Quando se observa alguns detalhes das Constituições de 1937, 1891, até a de 1988 pode-se perceber que quase todas invocam Deus como garantidor de suas execuções, como, por exemplo:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus(...)” (BRASIL, 1988).

E, ainda pode-se citar: “O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil”, como consta na Constituição Federal de 1967.

No Brasil não é possível, ainda hoje, alcançar um grande avanço em debates importantes como a questão do aborto, devido a forte pressão dos setores mais conservadores da sociedade fundamentarem-se em apelos de ordem moral, religiosa e não de saúde pública, como deveria ser tratado.

Recentemente, nas eleições de 2018 no Brasil, pudemos acompanhar a vitória de uma grande quantidade de candidatos religiosos, com uma agenda conservadora, ao

invés de candidatos de uma frente mais progressista. Dessa forma, o papel que diversos líderes religiosos exerceram nessas eleições, de angariar nos púlpitos seus eleitores, não pode ser igualmente ignorado. Segundo vários estudiosos, o momento atual é de uma “crise da Modernidade”, onde também somente a ciência não é a dona de “verdades universais” e que o homem moderno continua questionando os significados mais metafísicos de sua existência apelando para a religião suas respostas e justificações gerais.

Estado laico ou Estado secular é aquele que não adota religião oficial, não interfere nos assuntos religiosos – a menos que estes estejam relacionados diretamente com questões jurídicas – e não se deixa ser influenciado por nenhum viés unilateral religioso, ou seja, é independente de qualquer religião. A palavra secular também é utilizada para designar algo que é laico. Secular vem do latim *saeculare*, que significa mundano, ou seja, o que é do mundo físico e “não pertencente a Deus”.

Em um Estado laico não é vedada a prática religiosa, muito pelo contrário, as pessoas são protegidas pela Constituição para manifestarem livremente suas crenças e cultos, desde que observado o princípio de que a religião pertence à vida privada e não pode servir de parâmetro para um agente público em exercício do dever.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na qualidade de norma majoritária, descreve sobre o tema:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, 1988).

Porém, a ligação secular entre Estado e Igreja não seria desfeita de um momento para o outro e, mais de um século depois, em pleno ano de 2020, em muitos prédios públicos, inclusive da Justiça, há ainda crucifixos – inclusive no STF e STJ, símbolos específicos de uma opção religiosa, e que fazem parte do conjunto de escolhas da vida privada de cada indivíduo.

O artigo 5º da Constituição atual prevê que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. O respeito à diversidade e às diferentes crenças é um direito fundamental no Brasil e um dos pilares de uma sociedade democrática. O Brasil possui um grande número de religiões, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, a população brasileira é composta por nove crenças principais: católica apostólica romana; espírita; budista; evangélica; hinduísta; islâmica; judaica; umbanda; candomblé; sem religião.

Garantir a liberdade de crença e de prestar culto religioso no Brasil é garantir a pluralidade de um país composto por povos das mais diversas origens, e, portanto, com culturas, tradições, crenças, folclore e religiões diferentes, contudo, apesar de ter um grande número de religiões e não ser um país onde há graves violações à liberdade de crença e consciência, ainda enfrenta desafios. Desafio esse que se apresenta como uma ameaça silenciosa ao Estado Laico.

Segundo CFESS Manifesta (2016), os avanços do conservadorismo no interior do Estado, com forte tendência de convicções religiosas vem sinalizando a retomada da postura de um Estado ditatorial e de inúmeros retrocessos. A categoria que representa as e os assistentes sociais afirma ser inaceitável qualquer interferência na vida pessoal e religiosa da população, assim como, ataques e violações do caráter Laico do Estado na realidade brasileira.

O avanço das tendências conservadoras, em muitos casos reacionárias, nas imediações ético políticas entre Estado e a sociedade (classes) deixa raízes na crise estrutural do capitalismo mundial, que assinala o esgotamento do projeto civilizatório da sociedade burguesa e que pressiona as instituições e estruturas de poder do Estado para ampliação do controle, regulação e manipulação de várias dimensões da vida social. Assim, as ameaças ao Estado laico configuram-se como expressões do avanço do conservadorismo e do irracionalismo neste contexto de agudização dos antagonismos de classe e, consequentemente, uma ameaça ao processo de democratização da sociedade e o Estado brasileiro. (CFESS, 2016).

Sendo assim, crucial o posicionamento da categoria no combate à Intolerância Religiosa, que é celebrada em 21 de janeiro, instituída por lei no Brasil em dezembro de 2017.

estabelece o art. 5, inciso VI, da Constituição Federal, que “é inviolável à liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.” (BRASIL, 1988).

Intolerância religiosa é, portanto, considerada crime previsto no artigo 20 da lei no 7.716/89 que dispõe como crimes qualquer prática que induza a violência, ou incite a discriminação ou preconceito em razão de religião, pode levar o infrator à pena de reclusão de 1 a 3 anos, além de multa.

Como mencionado anteriormente, o Estado laico não é ausência de religião, pelo contrário, é a garantia do direito das manifestações religiosas de um país. O Brasil representa, sozinho, cerca de 10% de toda população católica do mundo e, apesar de ser ainda considerado em sua maioria católico, as religiões evangélicas crescem a cada ano. O chamado neopentecostalismo é o segmento protestante que mais cresceu no Brasil nos últimos anos, não só em adeptos como também passaram a se inserir na política brasileira, no Congresso Nacional, fortalecendo a Frente Parlamentar Evangélica e a sua influência no cenário político no Brasil.

Quando se fala a respeito da laicidade do Estado, devemos compreender que a religião em si não é um problema na vida pública, e sim o uso das atribuições que determinados atores sociais, dentre eles, as igrejas pentecostais, tem dado na esfera pública, na articulação de um verdadeiro projeto político.

O Estado Laico é parte das conquistas históricas no campo dos direitos. Representa a afirmação de uma cidadania não tutelada, baseada em direitos, ainda que nos limites burgueses, frente aos quais é inaceitável a intervenção do Estado sobre a liberdade de crença religiosa é igualmente inaceitável qualquer intervenção do Estado fundada em convicções religiosas sobre qualquer aspecto da vida social e da vida privada. (CFESS, 2016, p.2).

A preocupação com os avanços de bancadas evangélicas no Congresso e Senado Federal, em ofensiva ao Estado laico brasileiro, nos últimos anos, principalmente após a eleição para presidente da república (2018), demonstrou um ganho de forças da extrema direita, apoiada pela ala religiosa na política.

Esse apelo à retomada de valores cristãos e morais como norteadores da vida social do povo, coloca às/os profissionais de Serviço Social, como profissão majoritariamente a serviço do Estado e, como já visto em nosso passado profissional, uma pressão por controle, um convite à reeducação dos indivíduos, à correção moral, à benesse, conformação dos agravos da questão social que cercam a vida das classes mais pobres da esmagadora maioria, como consequência de falha da conduta moral do sujeito, ou como “aplicação da vontade de Deus”, são requisições que reportam portanto um projeto já superado do Serviço Social, o projeto de ruptura com o conservadorismo.

Diante desta realidade e da compreensão que, assim como as ideias conservadoras, se apresentam na sociedade assim também se manifestam no interior da profissão, a categoria profissional vem nos últimos anos resgatando o importante debate acerca da defesa e permanência do Estado laico e da laicidade na profissão. O código de ética não nos deixa dúvida ao compromisso de um exercício profissional laico e afirmativo de valores emancipatórios.

Na gênese do Serviço Social brasileiro esteve presente a relação entre a profissão e o ideário católico, sendo o papel inicial da profissão conter e controlar as lutas sociais frente as expressões da questão social. Segundo Iamamoto:

O processo de surgimento do Serviço Social está imbricado, no amplo movimento social em que a igreja, buscando uma presença mais ativa no “mundo temporal”, avança de uma postura contemplativa para a recuperação de áreas de influência ameaçadas pela secularização e pelo redimensionamento do Estado. De fato, havia um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo, com a hierarquia visando ganhar a classe operária na disputa com as influências comunistas e liberais --- donde pois, a relevância da questão social, que a igreja enfoca fundamentalmente como questão moral (IAMAMOTO, p. 92)

Historicamente, nas últimas quatro décadas o Serviço Social brasileiro avançou e ressignificou a profissão de modo a romper com sua base conservadora e religiosa, avançando na sua dimensão ética-política e na ação profissional da categoria.

É uma profissão que, assim como muitas, foi criada e mantida pelas iniciativas da igreja católica do Estado e da burguesia. Esse arranjo a configurou em profissão de controle e executora dos interesses do Estado. Ainda assim, em sua trajetória histórica foi das pouquíssimas profissões que reinventou a si mesma, enfrentou a ditadura, perseguições políticas, rompeu com o conservadorismo, adensou os movimentos populares e dos trabalhadores e obteve importantes conquistas na luta sindical para a própria categoria, produzindo um vasto conhecimento acadêmico e intelectual tornando – se referência dentro das ciências sociais, o que não é pouco dentro de uma profissão relativamente nova.

O desafio maior colocado nos debates atuais do Serviço Social trata de encontrar a mediação entre a concretude do projeto ético político e seus valores democráticos, emancipatórios frente a uma realidade de trabalho alienante e de forma precária, mergulhada em um cenário político extremamente violento, ultraconservador, fraudulento, corrupto e midiático. Protagoniza-se um período obscuro da história, legitimado por parte da população condizente com a extrema direita política juntamente com parcela de entidades religiosas fundamentalistas.

Entende-se que o cotidiano é o espaço onde se constitui e se desenvolve a vida e seus componentes históricos. É na vida cotidiana dos seres humanos, no transcorrer do tempo, que se dá a reprodução social dos indivíduos. A história é formada por um ciclo inegável da ação dos seres e dos desdobramentos da vida cotidiana. De acordo com Agnes Heller,

[...] a vida cotidiana e a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e

fruído, ativo e receptivo, mas não tem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçar-los em toda sua intensidade (HELLER, 2008, p.31)

Portanto, é no cotidiano, dentro dos espaços onde estão inseridos os profissionais do serviço Social, que se pode analisar sua conformação, ainda que muitas vezes despercebida pelos agentes, que possuam as tendências para a execução de uma ação profissional com características de um viés religioso.

É visível que a profissão ao longo dos anos trabalhou arduamente para se desvincular da doutrina da igreja católica que a influenciou na sua gênese e institucionalização, mas, ainda que subjetivamente, podemos nos perguntar se é possível encontrar manifestações com intervenções e influências religiosas presentes nos atendimentos e na forma de se executar as políticas públicas brasileiras?

Ainda que o Serviço Social tenha sido capaz de superar seu vínculo com a Igreja Católica, devemos estar atentos aos processos de naturalização das diferenças e desigualdades, ao qual, estamos todos sujeitos mergulhados no cotidiano da vida. Todos são criados e reproduzem valores da sociedade burguesa, que estando longe de promover condições materiais para a realização do trabalho consciente e renovador produz, como afirma Marilda Vilela Iamamoto (2012): a auto objetivação do sujeito, onde o mesmo realiza o trabalho com a finalidade de garantir seu sustento, e não na perspectiva de realizar o trabalho com intencionalidade, trabalhando no decorrer de sua vida com uma finalidade que desconhece. Segundo a autora:

a vivência do trabalho tem centralidade na vida dos indivíduos sociais. Extrapola o ambiente da produção e se espalha para outras dimensões da vida, envolvendo relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer, o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia (IAMAMOTO, 2012, p.17).

É nesse sentido que nos perguntamos como, de fato, se materializa esse afastamento dos valores cristãos no cotidiano do trabalho profissional. Como os profissionais não imprimem suas crenças e valores nas respostas junto aos seus

usuários? Afinal, o profissional não entra no espaço de trabalho e deixa na porta o conjunto de valores e princípios que acredita, não, eles conformam seu modo de ser. Portanto, a saída para qualquer conflito ético-moral relacionado a religiosidade sua ou de terceiros se apoia na necessidade de sempre está alicerçada na intervenção calcada nos princípios norteadores da profissão, ou seja, amparado pelo projeto ético político profissional. E esse projeto, se faz justamente na defesa intransigente dos direitos humanos, na defesa da liberdade e autonomia dos sujeitos e da garantia da livre manifestação religiosa, do combate à intolerância religiosa e na defesa do Estado laico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, um importante fenômeno democrático vem acontecendo no decorrer dos anos: maiores direitos ao exercício da liberdade religiosa. Este fato amplia-se política e historicamente a toda a sociedade, atravessando fronteiras e tabus. Ainda assim, manifestações de resistência e práticas de intolerância religiosa perduram até os dias de hoje. Em relação a estes acontecimentos, movimentos sociais lutam pela implementação de um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Busca-se estabelecer, assim, em que medida o Serviço Social aproxima-se dessas discussões e ações de movimentos sociais e, também, qual o seu posicionamento diante de tais fatos.

Dessa forma, o intuito deste trabalho foi buscar demonstrar por meio de um embasamento histórico a compreensão acerca dos processos que levaram a religião ao que é hoje e, também, os questionamentos que ainda perduram no ramo profissional sobre as mesmas.

Portanto, partindo do ponto de vista da pergunta inicial trazida no contexto deste trabalho, a respeito da observação de que em vários setores sócio ocupacionais do assistente social, nos atendimentos iniciais, surgem nos questionários sociais, a presente pergunta aos usuários: qual a sua religião? Para entendermos a relevância e a contribuição desta informação no encontro de profissional e usuário, partimos da tentativa de compreender que o Brasil é e foi um país marcado historicamente por uma grande

influência e possui uma grande diversidade religiosa, sendo que as religiões podem ou não estar presentes na vida dos sujeitos. De maneira que, estando a religião compreendida como uma das bases fundantes da vida em sociedade, as manifestações religiosas constituem parte da vida e do direito das pessoas.

Apesar dos limites e desafios surgidos no decorrer deste trabalho, a pesquisa sempre possibilita uma abertura de campo de visões e novas possibilidades, questionamentos e ponderações, pois encontra, tanto no cotidiano profissional quanto na vida humana, contradições e tensionamentos a todo momento.

Partindo do ponto de vista do questionamento inicial trazido no contexto deste trabalho, pode-se compreender que o Brasil é um país marcado historicamente por uma grande influência e diversidade religiosa e que as religiões podem ou não estar presentes na vida dos indivíduos. No contexto profissional, o panorama que o assistente social encontra na sua atuação necessita que sua competência profissional e os seus instrumentos utilizados para tanto se mostrem no sentido de que estas ferramentas existem para conhecer e colaborar com o entendimento das vidas e necessidades dos usuários. Para que, assim, se construa uma escuta, ações e estratégias, que contemplem as particularidades de cada um – sejam elas culturais, socioeconômicas, religiosas, dentre outras tantas que compõem os sujeitos.

Em relação ao profissional, buscou-se percorrer os caminhos traçados pela profissão, desde sua gênese e sua superação histórica, quanto suas bases fundamentadoras, que, na atualidade – principalmente brasileira – tem pontuado e estudados os avanços de setores da sociedade contra a garantia do estado laico no Brasil. Assim como a profissão tem, também, se comprometido diante de posicionamentos de discriminação religiosa contrários ao que está claramente explícito no Código de Ética da profissão.

Ainda em seu campo de atuação, nas diversas áreas de trabalho abrangidas pela atuação do profissional do Serviço Social, seja na saúde, na habitação, no judiciário (espaços onde realiza-se, ao decorrer do curso, estágio) e de onde nasceram os questionamento, os atendimentos, em sua maioria são compostos por pessoas que enfrentam em alguma medida, um momento de fragilidade, pobreza, violência, violação

de direitos, qualquer que seja dentre as inúmeras situações fruto das diversas expressões da questão social.

Portanto, a partir deste estudo consideramos que não se trata de simplesmente concordar em responder ou não a uma pergunta em um questionário, mas sim de trazer à luz, detalhes e clareza no que se refere a instrumentos e a lidar com informações – estas determinantes na construção para subsidiar a prática profissional e orientar o uso de cada um dos instrumentais a partir das dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.** In: VII Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social, 2000, Brasília. Anais do VII ENPESS - O Serviço Social e a questão social: direitos e cidadania. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, v. 1. p. 391-398. 2001.

BARROCO, M. L. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROCO, M. L. **Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros.** In: BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-119.

BELLOTTI, K.K. **História das Religiões:** Conceitos e Debates na era contemporânea. História: Questões e Debates. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

BERGER, Peter L. **O dossel Sagrado.** Elementos para uma teoria sociológica da religião. Paulinas, São Paulo, 1985.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CARDOSO, P. F. G. et. al. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social.** n. 33. Brasília, Temporalis. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia:** ensino médio. Ática, São Paulo, 2013.

DURKHEIM, E. **As formas elementares de vida religiosa.** O sistema totêmico na Austrália. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**/Anthony Giddens: tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda – 6.ed. Penso, Porto Alegre, 2012.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 62, p. 5-34, mar. 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 8 ed. São Paulo: paz e Terra, 2008.

HERVIEU- LÉGER, Danièle. **O peregrino e o Convertido:** a religião em movimento. Tradução de João Batista Kreuch. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 238 p.

HERVIEU- LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião, abordagens clássicas.** Aparecida: Idéias e Letras, 2009.

IAMAMOTO. M. V. **Dilemas e falsos dilemas no Serviço Social.** In: IAMAMOTO. M. V. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007. KNIGHT, C.; POWER, C. Social conditions for the Evolution.

_____. M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____, M. V. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** 1. ed. ampl. Brasília (DF): CEFESS, 2012.

_____, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015a.

_____, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9ª. ed. São Paulo. Cortez, 2015b.

JACOB, C. R. [et al.]. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. C.. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social.** Textos & Contextos, Porto Alegre, n. 8, dez. 2007.

MACHADO, Jaqueline F. **Serviço Social e Religião: A prática profissional do Serviço Social nas entidades de procedência religiosa do município de ToledoPR.** Toledo, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional.** Folha de São Paulo, São Paulo, maio/1999.

MASSENZIO, M. **A história das religiões na cultura moderna.** São Paulo: Hedra, 2005.

MARTINS, M.F. **Relações entre o social e o religioso**: um estudo da inserção das igrejas Batistas de Ribeirão Preto (SP) no processo de secularização. Dissertação de mestrado, PUC.SP, 1992.

MARTINS, L.R. **A questão dos documentos profissionais no Serviço Social**. Brasília, n. 33. Temporalis, 2017.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Matim Claret, São Paulo, 2004.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. in Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília, Cead/ABEPSS/CFESS, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **"Bye bye, Brasil"**: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 23 Fev. 2021.

SANTOS. C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS. C. M. dos. **Na prática a teoria é outra?** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, G. **Instituições Católicas e Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS no Rio de Janeiro**: articulações e hegemonia no controle social. Dissertação de mestrado, PUC.RJ, 2010

SILVA, J. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Rev. Textos & Contextos. v.6 n.2 p.284. Porto Alegre, 2007.

SIMMEL, G. **Essays on Religion**. Yale: Yale University Press- Durham, 1997. 223 p.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião**. São Paulo: Cortez, 2005.

TONET, I. **Marxismo, religiosidade e emancipação humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TRINDADE, R. L. P. **Desvendando as determinações sociohistóricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Temporalis, Brasília (DF), n. 4, p. 21-42, 2001

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABEPSS (Orgs). Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/abepss, 2009.

USARSKI, F. **O potencial da Ciência da Religião de criticar ideologias: um esboço sistemático**. Revista, n.2, 2001.

WILLAIME, J.-P. **Sociologia das Religiões**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2012.